

**Fusões, Aquisições e Internacionalização do Setor Bancário Brasileiro  
(1990-2002)**

*Jane Cristina Andreatta<sup>1</sup>*  
*Germano Mendes de Paula<sup>2</sup>*

**Resumo.**

É notado o grande volume de investimentos diretos estrangeiros (IDE) direcionado aos países da América Latina nos anos 1990. Os IDE estavam fortemente associados aos processos de fusões e aquisições (M&A) que mudou, substancialmente, a estrutura de propriedade de várias atividades econômicas, inclusive a do sistema bancário. Isso constitui a motivação principal para analisar IDE e os processos de F&A no sistema bancário brasileiro. Assim, o objetivo principal desse *paper* é discutir os determinantes e resultantes desse processo, desde o início dos anos noventa.

**Abstract.**

It is noticed that a great volume of foreign direct investments (FDI) addressed Latin American countries in the 1990s. FDI were strongly associated with mergers and acquisitions (M&A), which has changed substantially the ownership structure of several economic activities, including the banking system. This constitutes the main motivation to analyze FDI, M&A in the Brazilian banking system. Indeed, the main goal of this paper is to discuss the determinants and results of this process, since early 1990s.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

## 1. Introdução.

Diariamente, uma série de fusões e aquisições (F&A), são noticiadas pela imprensa. De fato, trata-se de um movimento intenso, verificado não apenas nos países desenvolvidos, mas também naqueles denominados em desenvolvimento. O setor financeiro não foge à regra. Este é um dos setores que mais recebeu investimentos estrangeiros na América Latina por toda a década de 1990. Na sua origem, estão diversos fatores associados à “globalização” da produção e das finanças, fenômeno estimulado pela rápida e crescente liquidez internacional, associada à criação e à disseminação de novos instrumentos financeiros, destacando-se a expansão do progresso técnico e de serviços e as novas tecnologias de transmissão de informações. No que diz respeito à reforma do Estado, ressaltam-se a desregulamentação geral de atividades, observada em escala global, e os processos de privatização na Europa e, mais recentemente, na América Latina.

A reestruturação patrimonial no setor financeiro não é algo novo. Esta iniciou-se nos Estados Unidos ainda nos anos 1960. Sua vertente européia teria começado no século XIX e, mais recentemente, se difundido pelo restante do continente. Os países emergentes formaram uma frente de atuação mais recente nesse sentido já nos anos 1990, com exceção de alguns países do Sudeste Asiático, que passaram por processos desse tipo ainda nos anos 1980.

Entende-se como fusão, a junção de duas ou mais empresas em uma única firma e, aquisição, como a compra de participação acionária de uma dada empresa já existente, sem que isso implique, necessariamente, no seu controle por meio da propriedade total das ações. Entende-se por internacionalização, a venda de produtos em mercados diferentes do seu mercado doméstico e, as F&A constituem uma forma de entrada em mercados internacionais. O objetivo desses processos de reestruturação, de forma geral é, segundo BONELLI (2000), tornar as empresas e conglomerados de que participam mais eficientes e competitivos pelas mudanças nas formas e setores de aplicação de capital. Nessa linha de argumentação, dois fatores principais foram apontados para explicar a onda de F&A na década de 1990: o primeiro foi o movimento efetuado por conglomerados com negócios em distintos setores que, por motivos estratégicos, procuram livrar-se dos negócios acessórios para concentrar-se nos principais, ou *core businesses*. O segundo seria a necessidade de

obter sinergias pela fusão, aquisição ou *joint venture*, com empreendimentos situados no seu setor de atuação principal. Em ambos os casos, as F&A podem realizar-se em operações transfronteiriças (*cross-border*), como ocorreu em grande intensidade na década de 1990, na América Latina. As grandes corporações internacionais buscavam, na América Latina, um meio de consolidar seu ativo processo de internacionalização, buscando o aumento do seu *market-share* e a competitividade, a entrada em um mercado em expansão no qual poderiam explorar recursos e capacidades organizacionais e tecnológicas, além de diversificar riscos em função da rentabilidade.

Dessa forma, serão analisados os **determinantes** e os **resultantes** dos processos de F&A e das estratégias de internacionalização patrimonial, em um dos maiores mercados bancários latino- americano, o do Brasil, e seus impactos sobre o grau de concentração.

Nessa perspectiva, o trabalho está dividido em três seções além dessa introdução: a primeira, tem como objetivo analisar as condições externas favoráveis às fusões e aquisições na América Latina, de forma geral, ou seja, a tendência dos grandes bancos internacionais a expandir-se a outros mercados, inclusive os da América Latina. Na segunda seção, descreve-se o processo de reestruturação do sistema financeiro no Brasil, o que viabilizou a vinda desses bancos estrangeiros para o país. A terceira seção mostra, concretamente, essas mudanças citadas acima a partir da base de dados da *Thomson Financial Securities Data*.

## 2. Fatores externos que favoreceram as F&A no Brasil na década de 1990.

Essa seção permite mostrar alguns **determinantes** fundamentais para a entrada de bancos estrangeiros na América Latina, que devem ser destacados: (i) o movimento dos bancos internacionais em direção a novos mercados, bem como os processos de F&A; e (ii) a atuação de novos atores de retenção de liquidez e as estruturas não-bancárias que passam a competir com os bancos.

Os fatores externos que determinaram o movimento dos bancos internacionais em direção a novos mercados teve relação direta com as mudanças no Sistema Financeiro Internacional, a partir da década de 1960, com o surgimento das inovações financeiras que

criaram novas possibilidades de endividamento e o crescimento de operações envolvendo o lançamento de títulos de dívida direta.

Nas décadas de 1960/70, houve o desenvolvimento do Euromercado que esteve intrinsecamente ligado ao processo de internacionalização bancária. No âmbito deste, desenvolveu-se os eurobonds e os CDs. Essas inovações financeiras aprofundaram a desintermediação financeira dos anos 1970 e estimularam o desenvolvimento dos fundos mútuos (MMMF) que começaram a competir diretamente com as atividades dos bancos comerciais. Dessa forma, as inovações financeiras diversificaram o passivo bancário e, paralelamente, à medida que surgiram novos passivos, surgiram novas oportunidades de aplicações de títulos por parte de detentores de riqueza.

A diversificação dos passivos facilitou o endividamento, criou operações menos cobertas para o sistema bancário e também para os demais agentes, pois aumentou o potencial de oferta de créditos. Os novos instrumentos financeiros com características de curto prazo permitiram que as corporações financeiras e não-financeiras bancassem posições (*position making*) adquirindo recursos.

No final da década de 1970, a ascensão das taxas de juros e o segundo choque do petróleo os EUA, para atrair novamente os dólares, adotaram uma política monetária restritiva de juros crescentes, com isso, as consequências para os mercados financeiros foram a redução do crédito voluntário e dificuldades dos bancos em receberem os empréstimos concedidos, visto que, com altas taxas de juros, os países devedores não conseguiam saldar suas dívidas.

Aliado a isso, acontecimentos internacionais como as crises do México, Argentina e Polônia, além de falências de indústrias e bancos dos países desenvolvidos levaram a um aperto ainda maior da liquidez internacional. Os bancos menores se retraíram e, como resultado, houve a inadimplência dos devedores e a desconfiança dos investidores em relação à solidez do sistema bancário internacional, o que levou a uma crescente dificuldade de captação de recursos. Portanto, a década de 1980, indicou a forma de adaptação encontrada pelo Sistema Financeiro Internacional, no sentido de contornar esses problemas.

Verificou-se, então, nesse período, que os bancos enfrentaram grandes dificuldades na captação de recursos. Por outro lado, as novas fontes internacionais de liquidez,

composta pelas grandes corporações, pelos fundos de pensão e as companhias de seguro, tenderam a alterar a composição de seus portfólios na direção de títulos públicos, ouro, títulos da dívida direta emitidos por corporações etc., em face à desconfiança nos comprometimentos dos bancos internacionais com o terceiro mundo. Percebeu-se, portanto, que houve um crescimento da participação dos investidores institucionais, que aplicaram grande parte de seus recursos nos mercados de capitais e em títulos de renda fixa, emergindo, dessa forma, uma inovação financeira: a securitização das dívidas. Esse processo de securitização desenvolveu-se também graças ao movimento de concorrência bancária a nível internacional. Outras inovações que também surgiram nesse período foram os contratos derivativos.

Concluindo, a proliferação desses novos instrumentos financeiros, juntamente com os processos de desregulamentação e liberalização financeira evidenciaram, portanto, a atuação de novos atores na retenção de liquidez, especialmente os investidores institucionais e, também, de estruturas não-bancárias, que começaram a competir com os bancos no que tange à captação de recursos de curtíssimo prazo. Nesse contexto, mudaram as condições de concorrência, que envolveram, em resposta, mudanças nas estratégias competitivas dos bancos internacionais. Esses, partiram para a conquista direta de novos mercados bancários caracterizando em um movimento de consolidação dos bancos internacionais decorrente de processos de F&A.

Dessa forma, a opção pela América Latina foi que, além de todos esses determinantes já explicitados, estes mercados ofereciam boas oportunidades de investimentos para os bancos estrangeiros devido às transformações internas ocorridas nesses países (latino-americanos). Essas transformações estiveram relacionadas às características e aos problemas estruturais desses sistemas bancários tais como: (i) predomínio de bancos comerciais e um mercado de títulos pouco desenvolvido ou inexistente; (ii) participação do crédito no PIB muito baixa; (iii) considerável participação do Estado no sistema financeiro, fenômeno que coexistia com a concentração de bancos privados no segmento de mercado de crédito de curto prazo. A política tendente a atrair bancos estrangeiros esteve ligada à tentativa de solucionar esses problemas estruturais. Assim, o que os governos da região viam como problemas, os bancos internacionais viam como oportunidades.

### 3. Brasil: liberalização e abertura externa tardia.

Desde o pós-guerra até o início dos anos 1960, prevaleceu, do ponto de vista legal, o livre acesso de bancos estrangeiros ao sistema financeiro brasileiro. Como na Constituição de 1946 não se distinguiram os bancos nacionais dos estrangeiros, a propriedade do capital de instituições bancárias podia estar sob controle exclusivo dos bancos estrangeiros. Após a reforma de 1964-1967, a entrada de capital estrangeiro passou a ser limitada pelas autoridades monetárias<sup>3</sup>. Isto porque, embora mantivessem um papel importante a ser cumprido pelos bancos públicos, as reformas financeiras de 1964-1967 tentaram instituir no Brasil um “braço privado”, do tipo ‘*capital market based system*’, à semelhança do modelo dos EUA – segmentado, competitivo e tendo nos bancos de investimento e nas instituições do mercado de capitais as principais fontes de financiamento em longo prazo.

Embora não existissem regras explícitas na legislação em vigor, a entrada de capital era admitida via participação acionária minoritária em bancos de investimento e em empresas de *leasing*. No que se refere à entrada de bancos comerciais estrangeiros, aplicava-se o princípio da reciprocidade<sup>4</sup>. Por esse critério, autorizava-se exclusivamente a entrada de instituições bancárias estrangeiras originárias daqueles países que permitiam a entrada de bancos brasileiros em seus sistemas financeiros.

Na segunda metade dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970, num contexto de intenso movimento de internacionalização bancária, ampliou-se a presença de bancos estrangeiros no Brasil, pois, para viabilizar a expansão de bancos brasileiros no exterior – sobretudo do Banco do Brasil, Banespa e Banco Real –, multiplicaram-se os acordos bilaterais e as autorizações de ingresso com base no princípio da reciprocidade (FREITAS, 1999: 102).

Com a promulgação da Constituição de 1988, a entrada de capital estrangeiro foi proibida, uma vez que se remeteu à regulamentação do aumento da participação de

---

<sup>3</sup> O artigo 18 da Lei nº 4.595, de 31/12/1964, estabelecia que a entrada de instituições financeiras estrangeiras só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil ou decreto do poder executivo (FREITAS, 1999: 101)

<sup>4</sup> O princípio da reciprocidade foi definido pela primeira vez na Lei nº 4.131, de 2/9/1962, aplicava-se tanto às condições de entrada, quanto às atividades permitidas pelos bancos estrangeiros (FREITAS, 1999: 101).

investidores estrangeiros no sistema financeiro brasileiro. Contudo, o artigo 52, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deixou aberta a possibilidade de acesso das instituições financeiras estrangeiras ao mercado doméstico, ao prever autorizações resultantes dos acordos internacionais, da aplicação do princípio da reciprocidade e dos casos que o governo julgasse de “interesse nacional” (FREITAS, 1999).

Mas foi a partir de 1988 e início da década de 1990 que houve mudanças importantes tanto no quadro regulatório quanto no quadro macroeconômico no Brasil. No campo da regulamentação, destacam-se a reforma bancária em 1988, a abertura financeira externa a partir de 1992, a redução das restrições à atuação de investidores institucionais ao longo dos 1990 e os programas de reestruturação do setor bancário (PROER e PROES). Do ponto de vista macroeconômico, a estabilidade de preços e a submissão da política de juros à política cambial também influenciaram a alocação de portfólio de grande parte dos investidores e a estratégia dos intermediários financeiros (HERMANN & STUDART, 2001). No Quadro 1, observamos as principais modificações ocorridas no sistema financeiro brasileiro no período de 1964 a 1995.

**Quadro 1. Principais Mudanças na Regulação do Sistema Financeiro Brasileiro, 1964-1995.**

| <b>Ano</b> | <b>Regulação</b>  |
|------------|---|
| 1964-1970  | Limites à entrada capital estrangeiro: tinham que obedecer ao princípio da reciprocidade.   |
| 1980-1990  | Reforma bancária de 1988. A Constituição de 1988 proibiu a entrada de capitais estrangeiros no país, porém, o Art. 52, das Disposições Constitucionais Transitórias, deixou aberta a possibilidade de acesso de instituições financeiras nos casos em que o governo julgasse de “interesse nacional”. |
| 1995       | Estímulo ao capital externo, criação do PROES, PROER e FGC, forte programa de privatizações de bancos e estímulo aos processos de F&A.  |

Fonte: Elaboração própria.

A reforma bancária de 1988, instituída pela Resolução nº 1.524 do BACEN, autorizou a formação de bancos universais no Brasil – denominados bancos múltiplos – e a extinção da carta-patente, instrumento burocrático por meio do qual o governo federal autorizava o funcionamento de novas instituições financeiras. Com a extinção desse instrumento, a abertura de novas instituições passou a ser regida por um critério técnico, de

capitalização da empresa, conferindo um maior grau de segurança e credibilidade ao sistema.

No tocante à liberalização das transações de entrada, sobressaía a abertura do mercado financeiro nacional aos investidores estrangeiros conforme as várias modalidades de investimento de portfólio. Neste ponto, a Resolução 1.929 estabeleceu a regulamentação que disciplinava as Sociedades de Investimento –Capital Estrangeiro (Anexo I), os Fundos de Investimento – Capital Estrangeiro (FICE –Anexo II), e as Carteiras de Títulos de Valores Mobiliários – Capital Estrangeiro (CTVM – Anexo III). O Anexo I tinha como finalidade a orientação dos recursos ingressados na aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários. O Anexo II, por sua vez, dizia respeito aos recursos sob a forma de fundo aberto com as quotas adquiridas apenas por estrangeiros. Assim, enquanto os Anexos I e II regulamentavam o investimento de portfólio com instituições financeiras constituídas no país, o Anexo III regulamentava o investimento de portfólio por meio de carteiras de valores mobiliários mantidas e com quotas no exterior (CARCANHOLO, 2002).

Em março de 1991, foi criado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 1.832, o Anexo IV à Resolução 1.289/1987, regulamentando as carteiras de valores mobiliários de companhia aberta por investidores institucionais estrangeiros. Diferentemente das outras modalidades, o Anexo IV não incluía requerimentos de diversificação e de capital inicial, possuía duração indeterminada, e estabelecia isenção de tributação sobre ganhos de capital. De acordo com PRATES (1997), *apud* CARCANHOLO (2002: 114) “... esse Anexo acabou absorvendo o Anexo III (...) e tornou-se a principal modalidade de entrada de capital estrangeiro nas bolsas de valores domésticas”.

A liberalização gradual da conta de capital, no início da década de 1990, associada à política de juros elevados da administração do então Ministro Marcílio Marques Moreira e à abundância crescente da liquidez internacional, acabou por gerar o retorno dos fluxos de capital externo, quando, também, o país assinava novo acordo entre os seus credores externos, nos moldes do Plano Brady.



**Tabela 1. Fluxos de Capital para o Brasil**  
**– (1991/1997) em % do total –**

| <b>Ano</b>  | <b>Direto</b> | <b>Portfólio</b> | <b>Total (em milhões)</b> |
|-------------|---------------|------------------|---------------------------|
| <b>1991</b> | 6,0           | 6,5              | 11.627,0                  |
| <b>1992</b> | 7,4           | 21,7             | 17.791,0                  |
| <b>1993</b> | 2,7           | 46,1             | 32.667,0                  |
| <b>1994</b> | 5,2           | 58,0             | 43.073,0                  |
| <b>1995</b> | 6,1           | 45,9             | 53.885,0                  |
| <b>1996</b> | 12,1          | 32,4             | 78.949,0                  |
| <b>1997</b> | 13,8          | 30,1             | 128.984,0                 |

Fonte: Elaboração a partir de HERMANN & STUDART (2001:63).

No período 1991-1997, a captação bruta de recursos externos chegou a cerca de US\$ 367 bilhões. Deve-se ressaltar também que, na composição desse capital externo ingressante, a parcela relativa ao investimento de portfólio cresceu a partir de 1992 e, já no ano seguinte, tornou-se a principal fonte de recursos externos com 46,1% do total.

Uma outra reforma financeira foi empreendida, por meio da implementação do Plano Real, com o objetivo de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional. Tal reforma tornou-se essencial com a estabilização da economia, em especial, com a perda de importante fonte de receita proveniente das transferências inflacionárias, o *floating*. Até então, não havia um arcabouço institucional que prevenisse o sistema contra riscos de uma crise financeira. As principais medidas adotadas, como o PROER<sup>5</sup>, o FGC<sup>6</sup>, o PROES<sup>7</sup> e a adesão do Brasil ao Acordo da Basiléia, verificou-se um processo de saneamento, privatização e fusão de instituições bancárias que revolucionaram os métodos e práticas bancárias até então existentes. Foi por intermédio do PROER que o BACEN negociou a

<sup>5</sup> *Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional*: (instituído em novembro de 1995 pela Resolução 2.208 do BACEN). Consiste em um programa de assistência financeira destinada a sanear instituições em dificuldade e favorecer a transferência do controle acionário por bancos mais sólidos. Por meio dessa medida, o BACEN preparava a instituição a ser vendida e separava a parte “boa” dos ativos, sendo que a parte “má” permanecia sob intervenção, passando por um saneamento via assistência financeira do Programa (CORRÊA, 2002).

<sup>6</sup> *Fundo Garantidor de Créditos*: (regulamentado em novembro de 1995 pela Resolução 2.211 do BACEN). Tem por objetivo prestar garantia de créditos contra instituições dele participantes nos casos de: i) decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da instituição; ii) reconhecimento pelo BACEN do estado de insolvência da instituição (NETO & CAVALCANTE, 2002).

<sup>7</sup> *Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária*: (criado em agosto de 1996 pela Medida Provisória 1.556). Tem a finalidade de incentivar os Estados da Federação a reestruturar, privatizar, liquidar ou transformar seus bancos estaduais em agências de fomento (NETO & CAVALCANTE, 2002).

compra do Banco Nacional pelo Unibanco, sem precisar fechar o banco, que continuou a atender o público normalmente. Foi também pelo PROER que vários outros bancos nacionais puderam passar por processos de fusão, sendo, inclusive, comprados por bancos estrangeiros (NETO & CAVALCANTE, 2002).

A partir de 1994, a estabilidade de preços teve profundas consequências para o funcionamento do sistema bancário e dos bancos múltiplos, em particular. Primeiramente, os bancos perderam uma substancial fonte de recursos, representada pelas “transferências inflacionárias”, geradas pelo significativo “*spread*” nominal entre taxas passivas e ativas, em uma economia altamente inflacionária. Em segundo lugar, houve um redirecionamento dos ativos dos bancos no sentido de crédito ao setor privado, especialmente, o crédito ao consumidor e comercial (HERMANN & STUDART 2001).

O crescimento acelerado desse tipo de crédito trouxe consequências cujos riscos foram percebidos a partir de 1995. As características das políticas monetária e cambial, intrínsecas ao Plano Real, foram tais que, em geral, se exigiu um patamar elevado das taxas de juros reais domésticas. Além disso, choques externos – essencialmente, a crise mexicana de fins de 1994 e a crise do Sudoeste Asiático, em meados de 1997 – determinaram saltos nas taxas de juros, com lentas quedas subsequentes. Nessas condições, o rápido aumento do endividamento privado após a estabilização foi acompanhado de um processo de *fragilização financeira*, traduzido pela “*gradual corrosão da capacidade de pagamento e refinanciamento dos devedores, decorrente, por sua vez, do patamar dos juros e de seus efeitos sobre a atividade econômica*” (HERMANN & STUDART 2001: 65).

Em março de 1995, em reação à retração do fluxo de capital externo para o país, os juros nominais foram significativamente elevados para o Brasil. Essa medida reforçou o viés restritivo da política monetária do Plano Real, pautada pela fixação de elevadas taxas de recolhimento compulsório impostos pelos bancos e por sistemáticas intervenções contracionistas do Banco Central. Nessas condições, a retração da atividade econômica e do emprego em consequência do aumento dos juros conduziu, rapidamente, ao aumento dos índices de inadimplência.

Por essas razões, sistema bancário brasileiro passou por um processo acelerado de reestruturação a partir de 1995, estimulado diretamente pelo governo, por meio dos programas de assistência de liquidez e saneamento financeiro do sistema, envolvendo,

inclusive, estímulos à privatização e/ou reestruturação dos bancos estaduais. Com a criação do PROER e PROES, como já mencionado, lançou as bases da recente reestruturação do sistema financeiro brasileiro. Esta, tem se dado de forma acelerada por meio de fusões e transferências do controle acionário, até mesmo para instituições financeiras internacionais, o que implicou o maior grau de concentração e internacionalização do sistema. No que tange ao setor financeiro público, o PROES aponta para uma redução do papel dos bancos estaduais no financiamento regional. Assim, observa-se a desestatização e o aumento da internacionalização do sistema bancário doméstico, com a entrada no mercado brasileiro de novos e outros intermediários financeiros internacionais.

#### **4. F&A no setor bancário do Brasil: estudo de caso.**

No Brasil, as perspectivas de estabilização, sustentada a partir da introdução do Plano Real, aumentaram o interesse de um número crescente de instituições financeiras, tanto na área comercial como de investimento, em atuar no país, por meio de associações com bancos nacionais e/ou da instalação de agências.

A abertura do mercado de capitais, o processo de privatização e as perspectivas de negócios na área de financiamento da infra-estrutura atraíram diversas instituições estrangeiras, pois eram amplas as possibilidades de negócios e de lucros, sobretudo no segmento bancário de investimento, com destaque para a administração de recursos de investidores institucionais estrangeiros, a estruturação de operações de privatização e o *project finance*, além do lançamento de ações e títulos brasileiros no país e no exterior e assessoria nos processos de reestruturação de empresas brasileiras (FREITAS, 1999: 114).

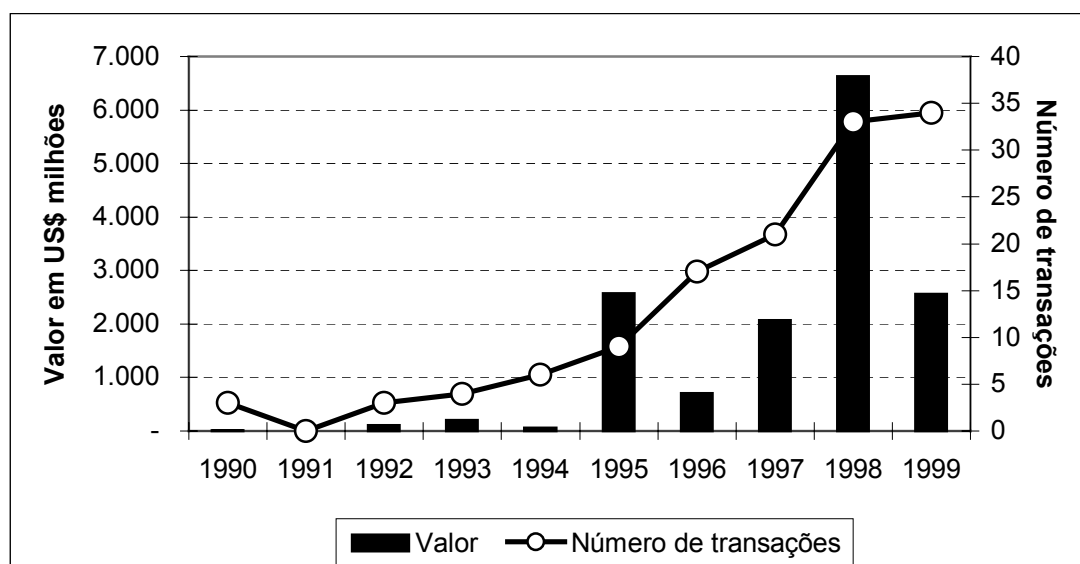
A estabilização econômica e o potencial de negócios vultuosos definiram condições ideais para o aumento da presença estrangeira no sistema financeiro nacional. Contudo, tal movimento não seria viabilizado se não ocorresse alteração decisiva no marco legal relativo ao conferido ao capital estrangeiro. Nesse sentido, a decisão presidencial de utilizar as prerrogativas previstas no artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, foi o elemento explicativo essencial da internacionalização recente do sistema financeiro brasileiro.

Uma importante mudança ocorreu em 1995, no contexto da crise bancária, que resultou em uma política monetária restritiva e do aumento da taxas de juros a patamares

elevados, face os efeitos da crise mexicana. Em um relatório datado de dezembro de 1998, o Banco Central do Brasil identificou 104 instituições financeiras como tendo passado por alguma espécie de “ajustamento” entre o lançamento do Plano Real e aquela data (DE PAULA, 2002: 75).

Assim, importantes processos de F&A são retratados no Brasil na década de 1990. Inicialmente, as F&A envolveram a compra de bancos com problemas por bancos saudáveis, como foram os casos da aquisição do Nacional pelo Unibanco, do Econômico pelo Excel e do Bamerindus pelo HSBC. Ademais, e crescentemente, o controle de bancos envolveu bancos compradores maiores e, algumas vezes, um alvo menor, mas não insolvente, tais como a compra do BCN pelo Bradesco, do Noroeste pelo Santander, e do Real pelo ABN-Amro (DE PAULA, 2002: 81). No Gráfico 1, podem-se verificar os processos de F&A do setor bancário brasileiro, ao longo da década de 1990, por valores monetários e número de transações.

**Gráfico 1. Total de F&A Bancárias no Brasil, 1990/1999,  
por valor e número de transações**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da *Thomson Financial Securities Data*.

A partir de 1995, houve um aumento expressivo das F&A, como pode ser visualizado no Quadro 15, devido às notáveis F&A que ocorreram nesse período. O Quadro 2, mostra esses importantes processos.

**Quadro 2. Principais F&A no Setor Bancário Brasileiro- 1995/1999.**

| <b>Instituição Adquirente</b>      | <b>Origem da Instituição</b> | <b>Forma de Entrada</b>                                   | <b>Valor da Transação (em US\$ milhões)</b> |
|------------------------------------|------------------------------|---|---|
| <b>1995</b>                        |                              |   |   |
| Banco Itaú AS                      | Brasil                       | Aquisição de 53% do Banco Francês e Brasileiro            | 466,8                                       |
| Unibanco União de Bancos           | Brasil                       | Aquisição de 100% do Banco Nacional S.A.                  | 1.040,0                                     |
| HSBC Holdings PLC                  | Reino Unido                  | Aquisição de 100% das ações do Banco Bamerindus do Brasil | 1.000,0                                     |
| Banco Pontual                      | Brasil                       | Aquisição de 67% do Continental Bank Corp-Brasília        | 53,0  |
| <b>1996</b>                        |                              |   |   |
| Banco Bandeirantes AS              | Brasil                       | Aquisição de 100% do Banco Banorte S.A.                   | n.r.  |
| Banco Excel                        | Brasil                       | Aquisição de 100% do Banco Econômico S.A.                 | 362,0                                       |
| Banco de Crédito Nacional SA       | Brasil                       | Aquisição de 100% do Banco Itamarati S.A.                 | n.r.  |
| Banco Antonio de Queiroz           | Brasil                       | Aquisição de 100% do Banco United                         | 48,8  |
| <b>1997</b>                        |                              |   |   |
| Banco Fonte AS                     | Brasil                       | Compra do Banco Cindam CA                                 | n.r.  |
| Grupo de Investidores              | Portugal                     | Aquisição de 100% do Banco BoaVista                       | 109,0                                       |
| Banco Bradesco AS                  | Brasil                       | Aquisição de 93% do Banco de Crédito Nacional SA          | n.r.  |
| CIGNA Corporation                  | Estados Unidos               | Aquisição de 4,5% do Banco Excel Econômico SA             | 48,0  |
| Grupo Santander Brasil             | Espanha                      | Aquisição de 51% do Banco Geral do Comércio SA            | 389,0                                       |
| Banco Bozano Simonsen SA           | Brasil                       | Aquisição de 75% do Banco Meridional Do Brasil SA         | 239,0                                       |
| Lloyds TSB Group PLC               | Reino Unido                  | Aquisição de 50% do Banco Multiplic-Consumer & Cor        | 600,0                                       |
| WSH Holdings Ltd                   | Alemanha                     | Aquisição de 100% do Banco Português do Atlântico         | n.r.  |
| Banco Itaú S.A.                    | Brasil                       | Aquisição de 100% do Banerj                               | 289,0                                       |
| Banco de Crédito Nacional          | Brasil                       | Aquisição de 96% do Credireal (Minas Gerais)              | 111,0                                       |
| Grupo de Investidores              | Brasil                       | Aquisição de 4% do Credireal (Minas Gerais)               | 4,3   |
| <b>1998</b>                        |                              |   |   |
| Arab Banking Corp BSC              | Bahrain                      | Aquisição de 50% do Banco ABC-Roma SA(Globopar)           | n.r.  |
| CSFB- Credit Suisse First Boston   | Estados Unidos               | Aquisição de 100% do Banco de Investimentos Garantia      | 675,0                                       |
| Caixa Geral de Depósitos           | Portugal                     | Aquisição de 100% do Banco Bandeirantes S.A               | n.r.  |
| Banco Bradesco AS                  | Brasil                       | Aquisição de 90% do Banco de Crédito Real                 | n.r.  |
|                                    |                              |   |   |
| Uniao de Bancos Brasileiros SA     | Brasil                       | Aquisição de 51% do Banco Dibens S.A.                     | 53,1  |
| Banco Bilbao Vizcaya Argentaria AS | Espanha                      | Aquisição de 100% do Banco Excel Econômico SA             | 878,0                                       |
| NationsBank Corp,Charlotte,NC      | Estados Unidos               | Aquisição de 51% Banco Liberal                            | 50,0  |
| GE Capital                         | Estados Unidos               | Aquisição de 100% do Banco Mappin SA                      | n.r.  |
| ABN-AMRO Holding NV                | Holanda                      | Aquisição de 100% do Banco Mercantil de Pernambuco        | 153,0                                       |
| Banco Santander Central Hispano    | Espanha                      | Aquisição de 50% Banco Noroeste S.A.                      | 499,0                                       |
| Banco de Crédito Nacional SA       | Brasil                       | Aquisição de 100% do Banco Pontual                        | 756,0                                       |

|                                 |                |   |         |
|---------------------------------|----------------|---|---------|
| ABN-AMRO Holding NV             | Holanda        | Aquisição de 100% do Banco Real SA                                | 2.250,0 |
| Grupo Santander Central Hispano | Espanha        | Aquisição de 37% das ações restantes do Banco Santander Brasil SA | 216,0   |
| Banco de Galicia,Buenos Aires   | Argentina      | Aquisição de 40% do BCN Barclays Banco                            | 57,0    |
| <b>1999</b>                     |                |   |         |
| Bank of New York                | Estados Unidos | Aquisição de 50% do Banco Credibanco                              | n.r.    |
| Banco ABN-Amro(ABN-Amro)        | Holanda        | Fim do processo de aquisição do Banco Real SA(ABN-Amro)           | 490,0   |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da *Thomson Financial Securities Data* e DE PAULA (2002).

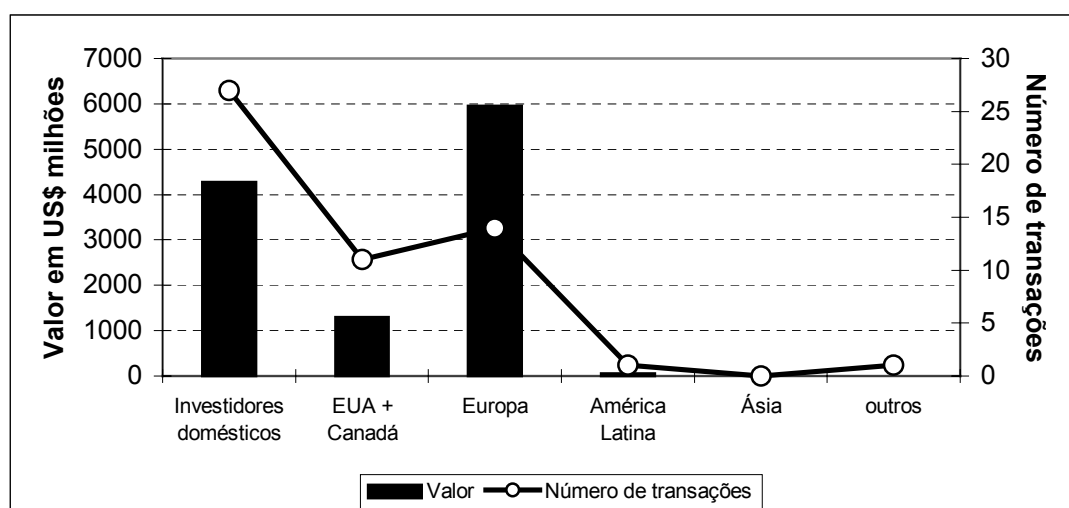
O Quadro 2 mostra as F&A que foram efetuadas no setor bancário brasileiro durante o período 1995/1999. Com base no quadro pode ser extraído que:

- ❑ As principais aquisições estrangeiras foram a compra do Bamerindus pelo HSBC, que foi paradigmática, uma vez que envolveu, pela primeira vez, um grande banco varejista, o Excel- Econômico pelo BBVA, o América do Sul pelo Sudameris, o Banco Noroeste pelo Santander, o Banco Real pelo ABN- Amro, o Banespa pelo BSCH. Esta última foi a maior aquisição feita nos últimos anos no Brasil, uma vez que envolveu a compra de um banco com ativos no total de cerca de US\$ 16 bilhões. Esta aquisição permitiu que o banco Santander do Brasil pulasse alguns degraus no ranking geral, incluindo bancos públicos (DE PAULA, 2002: 82).
- ❑ Os grandes bancos americanos estabelecidos no Brasil – Citibank e BankBoston – não têm participado da onda de F&As, e optaram por crescer organicamente no mercado bancário brasileiro, em que, tradicionalmente, se focam atividades em uma clientela menor e mais seletiva. A tímida presença de bancos norte-americanos no processo de F&A no Brasil pode ser parcialmente explicada pelo fato de que eles têm obtido uma boa lucratividade com a oferta de novos produtos em seu próprio mercado doméstico (EUA), no qual puderam expandir-se geograficamente em decorrência da desregulamentação do sistema financeiro. Conseqüentemente, a estratégia de diversificação geográfica para o exterior, em particular para a América Latina, tornou-se secundária para a estratégia global dos bancos americanos (DE PAULA, 2002: 83).
- ❑ Os três maiores bancos privados domésticos – Bradesco, Itaú e Unibanco – têm reagido à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente do processo de F&A, com algumas importantes compras, tais como o Banco Nacional pelo Unibanco, o BCN/ Credireal pelo Bradesco, o Banerj pelo Itaú e o Bandeirantes

pelo Unibanco. Em particular, é importante a participação do Itaú na aquisição dos bancos estaduais, tais como Banestado (Paraná), Banerj (Rio) e Bemge (Minas Gerais) (DE PAULA, 2002: 83).

- Os bancos nacionais tiveram expressiva participação nos processos de F&A. De acordo com a base de dados, 50% das F&A foram realizadas por investidores domésticos, 20% foram originárias dos EUA e Canadá, 25% da Europa e cerca de 1% de países originários da América Latina e os 4% restantes de outros países, como é ilustrado pelo Gráfico 2. Essas instituições tiveram acesso ao sistema financeiro brasileiro por meio da aquisição de participação acionária em instituições domésticas e, praticamente, todas pagaram pedágio ao Banco Central.

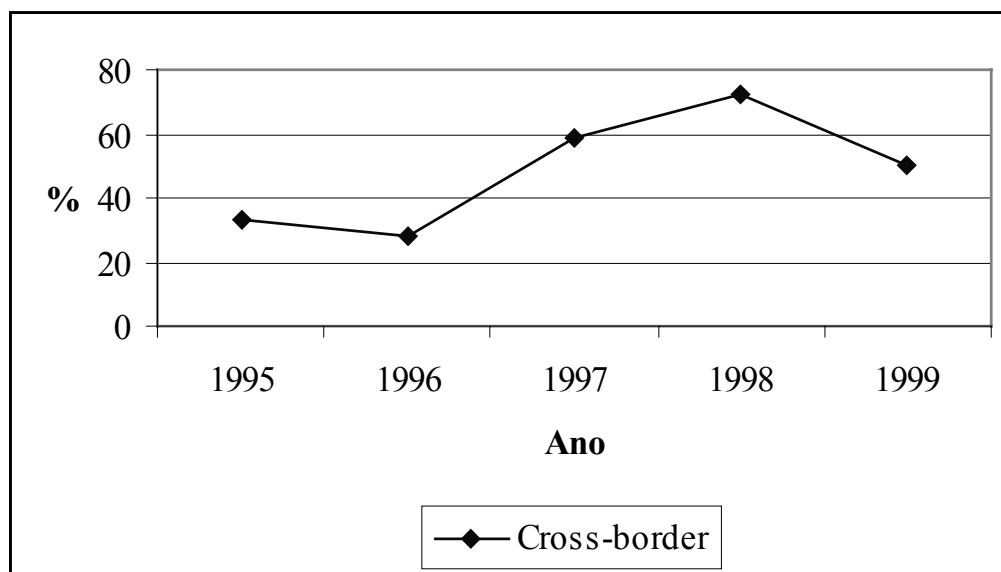
**Gráfico 2. F&A Bancárias no Brasil por Continente da Instituição Adquirente, 1990/1999, por valor e número de transações**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da *Thomson Financial Securities Data*.

Percebe-se, portanto, que o processo de alterações patrimoniais no setor bancário brasileiro, na década de 1990, também esteve fortemente correlacionado à internacionalização. Tendo em vista o Gráfico 2, conclui-se que nos processos de F&A, 50% foram de investidores domésticos e 50% de investidores estrangeiros, oscilando ano a ano. O Gráfico 3 traça o índice de internacionalização ou *cross-border* de 1995 a 1999, que equivale a uma média de 50%.

**Gráfico 3. Índice de Internacionalização das F&A do Setor Bancário no Brasil**  
**– 1995/1999- em %**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da *Thomson Financial Securities Data*.

De acordo com o gráfico, o índice de internacionalização nas F&A estava em torno de 30%, saltando para 72,2% em 1998.

A crescente presença dos bancos estrangeiros é confirmada pela *Thomson Financial Securities Data*. Os maiores bancos domésticos brasileiros são líderes regionais na América Latina, refletindo tanto o tamanho de sua economia nacional como o seu dinamismo, que puderam sobreviver e mesmo expandir suas atividades durante o período de alta inflação. Em 1999, oito bancos brasileiros estavam incluídos na lista dos quinze maiores bancos da América Latina. Além disso, os quatro maiores bancos são também brasileiros –dois públicos (Banco do Brasil e CEF) e dois privados (Bradesco e Itaú), como pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2. Os 10 Maiores Bancos no Brasil**  
**por ativos (em US\$ milhões), 1999 e 2002**

| Instituição     | Origem do Capital | Ranking em 1999 | 1999       | Ranking em 2002 | Ativos em 2002 |
|-----------------|-------------------|-----------------|------------|-----------------|----------------|
| Banco do Brasil | Estatal           | 1               | 104.215,70 | 1               | 71.699,20      |
| CEF             | Estatal           | 2               | 94.768,90  | 3               | 46.788,40      |



|                       |                     |    |           |    |           |
|-----------------------|---------------------|----|-----------|----|-----------|
| Bradesco              | Privado nacional    | 3  | 40.805,80 | 2  | 53.810,30 |
| Itaú                  | Privado nacional    | 4  | 32.170,40 | 4  | 37.199,30 |
| Unibanco              | Privado estrangeiro | 5  | 22.560,00 | 5  | 23.020,00 |
| Banespa*              | Estatal             | 6  | 20.710,70 | 6  | 18.394,50 |
| Banco ABN – Amro Real | Privado estrangeiro | 7  | 13.741,10 | 7  | 14.351,70 |
| Safra                 | Privado nacional    | 8  | 12.157,80 | 8  | 10.565,20 |
| HSBC                  | Privado estrangeiro | 9  | 11.437,80 | 10 | 7.986,00  |
| Nossa Caixa           | Privado nacional    | 10 | 11.215,00 | 9  | 8.257,70  |

Fonte: Banco Central do Brasil *apud* DE PAULA (2002: 86) e dados da Revista Gazeta Mercantil Latino-Americana, *As 500 Maiores Empresas da América Latina* (1999), para os dados de 1999. Revista América Economia (2003), para os dados de 2002.

\* Em 2000 o Banco Santander (BSCH) assume o controle do Banespa tornando-se o Banco Santander Brasil. O BSCH já havia entrado no país adquirindo o Banco Geral do Comércio em 1997.

Em termos de *market-share*, os bancos controlados por grupos financeiros estrangeiros têm elevado sua participação de 7,2%, em 1994, 12,8%, em 1997, para 23,2%, em 1999, e 27,4% em 2000. O aumento de bancos estrangeiros no Brasil ocorreu, em maior extensão, sobre os bancos privados domésticos e, em menor extensão, sobre os bancos públicos (federais e estaduais). Embora exista uma tendência declinante na participação relativa dos bancos públicos, incluindo os dois maiores, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, sua participação é ainda predominante no setor bancário com 43% do total de ativos em 1999, seguida dos bancos privados nacionais, 33,1%. Por outro lado, os maiores bancos privados domésticos no Brasil têm aumentado seu *market-share* no setor bancário via fusões e aquisições de bancos estaduais e privados. Conseqüentemente, o *market-share*, no setor bancário dos quatro maiores bancos privados domésticos – Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra –, cresceu de 23,7%, em 1999, para 27,6% em 2000 (DE PAULA, 2002: 86), como pode ser visualizado na Tabela 3.

**Tabela 3. *Market-Share* do Setor Bancário no Brasil (% total de ativos), 1995/2000.**

| Instituição            | 1995        | 1996        | 1997        | 1998        | 1999      | 2000        |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| <b>Bancos Públicos</b> | <b>52,2</b> | <b>50,9</b> | <b>50,0</b> | <b>45,8</b> | <b>43</b> | <b>36,6</b> |

|                                   |             |             |             |             |             |             |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nacionais                         | 30,3        | 29,0        | 31,0        | 34,4        | 32,8        | 31,0        |
| Estaduais                         | 21,9        | 21,9        | 19,0        | 11,4        | 10,2        | 5,6         |
| <b>Bancos Privados</b>            | <b>47,6</b> | <b>48,8</b> | <b>49,6</b> | <b>53,7</b> | <b>56,3</b> | <b>62,6</b> |
| Nacionais                         | 39,2        | 39          | 36,8        | 35,3        | 33,1        | 35,2        |
| Estrangeiros                      | 8,4         | 9,8         | 12,8        | 18,4        | 23,2        | 27,4        |
| <b>Instituições não-bancárias</b> | <b>0,2</b>  | <b>0,3</b>  | <b>0,4</b>  | <b>0,5</b>  | <b>0,7</b>  | <b>0,8</b>  |
| Cooperativa de crédito            | 0,2         | 0,3         | 0,4         | 0,5         | 0,7         | 0,8         |
| <b>10 maiores bancos (C10)*</b>   | <b>65,9</b> | <b>67,2</b> | <b>61,4</b> | <b>70,2</b> | <b>67,9</b> | <b>60,0</b> |

Fonte: Banco Central do Brasil *apud* DE PAULA (2002: 86).

\* *Ranking* FGV, Os Melhores do Brasil, 1995, 1996, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000.

Nos quatro primeiros meses de 1998, quatro novas instituições financeiras foram autorizadas a ingressar no mercado brasileiro: três, por meio da aquisição de controle acionário de banco privado nacional, e uma mediante a instalação de um novo banco. Por tratar-se de aquisição de instituição em dificuldades financeiras, não foi cobrado pedágio do português Caixa Geral de Depósitos, que adquiriu o Banco Bandeirantes. O mesmo não ocorreu com a GE Capital Service, braço financeiro do grupo industrial americano General Electric, o qual teve que pagar R\$ 11,2 milhões ao Banco Central para garantir a integralidade do controle do Banco Mappin e 60% da financeira do mesmo grupo.

Pelo protocolo de compra do Excel-Econômico, o sétimo maior banco privado nacional, o Banco Bilbao Vizcaya (BBV) conseguiu ingressar no mercado bancário brasileiro. Assim, o BBV teve condições de fazer frente ao Santander, seu principal rival na Espanha e na América Latina. Nessa região, o BBV, de 1995 a 1999, investiu cerca de US\$ 2,5 bilhões, na aquisição de várias instituições em diversos países, conquistando mais de 1.330 agências e ativos de US\$ 40 bilhões (FREITAS, 1999).

No Brasil, a partir da crise de 2002, observa-se uma tendência à fuga dos bancos estrangeiros. A participação internacional no mercado financeiro brasileiro, que chegou a 27,4% dos ativos em 2000, com a compra do Banespa pelo espanhol Santander, encolheu para 20,7%, no primeiro semestre de 2003. Inclui-se a venda de bancos inteiros, como o Bandeirantes (repassado ao Unibanco pela portuguesa Caixa Geral de Depósitos), o também português Boavista InterAtlântico e o espanhol BBV (comprados pelo Bradesco). Esse processo também abrange empresas de gestão de recursos, como as do JPMorgan e do Deutsche Bank, ambas absorvidas pelo Bradesco (GRADILONE, 2003).

O retrocesso dos bancos internacionais no mercado brasileiro contrariou as previsões que proliferaram na esteira da abertura do setor financeiro, iniciada pela compra do Bamerindus pelo HSBC, em março de 1997. Quase simultaneamente, o Santander adquiriu o Geral do Comércio e, mais tarde, o Noroeste e o Banespa. Desta forma, era notado que os estrangeiros comprariam os “gigantes” privados: Bradesco, Itaú e Unibanco. De acordo com o relatório da consultoria americana McKinsey (1998), *“os bancos estrangeiros têm vantagens sobre os nacionais porque sabem trabalhar em uma economia estável e são melhores ao emprestar dinheiro”*. Esse tipo de afirmação reforçava a idéia de que *“(...) submetidas à pressão de concorrentes globais muito maiores, mais atualizados tecnologicamente e com inesgotáveis estoques de capital à disposição, às instituições nacionais de varejo só restava buscar comprador para não serem devoradas”* (GRADILONE, 2003: 40).

Porém, o quadro atual mostra as seguintes características:

- ❑ Em dezembro de 1997, o HSBC respondia por 1,9% dos ativos do sistema bancário nacional. Esse percentual subiu marginalmente para 2% em junho de 2003. Nesse mesmo período, os ativos do Bradesco aumentaram de 9% para 13,7% (GRADILONE, 2003: 40).
- ❑ No fim de 1997, ainda sob intervenção estatal, o Banespa concedia 2,4% do total de crédito bancário. Em junho, após quase três anos de gestão do Santander, o percentual caiu para 1,8% (GRADILONE, 2003: 40).

Em suma, até final de 2000, os bancos estrangeiros dominavam 50% do mercado brasileiro, mas, a partir de 2001, observa-se declínio dessa tendência. Isto porque, apesar de bancos nacionais e estrangeiros terem adotado a mesma estratégia de crescimento rápido por meio de processos de F&A, os estrangeiros tiveram dificuldade de adaptação à realidade brasileira. Além disso, os bancos brasileiros mostraram uma grande capacidade de reação ao ser pressionados pela concorrência, e foram muito mais eficientes em tornar lucrativos os bancos que compraram.

**Quadro 3. Bancos Estrangeiros que Permaneceram ou Saíram do País**

|  | <b>Data de<br/>Entrada</b> | <b>Comprou</b> | <b>Data de<br/>Saída</b> | <b>Vendeu<br/>para</b> |
|--|----------------------------|----------------|--------------------------|------------------------|
|--|----------------------------|----------------|--------------------------|------------------------|

| <b>Quem saiu</b>         |      |   |      |          |
|--------------------------|------|---|------|----------|
| Espírito Santo           | 1997 | Boavista  | 2000 | Bradesco |
| Caixa Geral de Depósitos | 1997 | Bandeirantes  | 2000 | Unibanco |
| BBV                      | 1998 | Excel Econômico   | 2003 | Bradesco |
| <b>Quem ficou</b>        |      |   |      |          |
| HSBC                     | 1997 | Bamerindus  |      |          |
| Santander                | 1997 | Geral do Comércio, Noroeste, Meridional, Bozano e Banespa |      |          |
| ABN- Amro                | 1998 | Real, Bandepe, Paraiban e Sudameris                       |      |          |

Fonte: GRADILONE, 2003: 45.

O fator definitivo para reduzir a competitividade dos bancos estrangeiros foi a perda de apoio nas matrizes. A crise Argentina em, 2001, fez os bancos estrangeiros perderem um total estimado em US\$ 6 bilhões, de acordo com dados de GRADILONE (2003). Os bancos estrangeiros descobriram que poderiam perder não só seu patrimônio, mas também teriam de cobrir as perdas dos clientes. O ABN- Amro é o estrangeiro mais bem sucedido até a atualidade. Além das vantagens por terem comprado um banco redondo, os holandeses tiveram sucesso na sua integração.

## 5. Conclusão.

O texto mostrou os determinantes e resultantes dos processos de F&A e internacionalização do setor bancário brasileiro. Como determinantes citou-se (i) o movimento dos bancos internacionais em direção a novos mercados; (ii) a atuação de novos atores de retenção de liquidez e as estruturas não-bancárias que passaram a competir com os bancos; e (iii) o processo de reestruturação macroeconômica no Brasil que permitiu o ingresso dessas instituições internacionais para o país.

Os resultantes podem ser divididos do ponto de vista do fluxo (F&A e índice de internacionalização – *cross-border*) e de estoque (processo de internacionalização e *market-share*). Quanto aos dados de fluxo conclui-se que, no Brasil, os bancos internacionais empataram com os bancos nacionais: 50% dos processos de F&A foram feitos por investidores domésticos e 50% por investidores estrangeiros distribuídos em 25% por investidores europeus, 20% por norte-americanos e canadenses, 1% por latino-americanos e 4% por outros continentes. Porém, é necessário destacar que houve investimentos do tipo

*greenfield*, ou seja, instalação de novas agências, como foi o caso do Citibank e BankBoston. O índice de internacionalização das F&A para este país corresponde a uma média de 50%.

Quanto aos dados de estoque, verificados em termos de *market-share*, observa-se que os maiores bancos domésticos são líderes na América Latina. Em 1999, oito bancos brasileiros estavam incluídos na lista dos quinze maiores bancos da América Latina. Além disso, os quatro maiores são também brasileiros – Banco do Brasil, CEF, Bradesco e Itaú. No *ranking* dos dez maiores bancos, em fins de 1999, 34,7% do mercado são pertencentes ao Banco do Brasil e a CEF e 15% ao capital privado estrangeiro. Além disso, a concentração bancária ( $C_{10}$ ) passou de 65,5% em 1995, para 70,2% em fins de 1998, diminuindo para 60% em 2000.

Observou-se, portanto, que, tanto em termos de fluxo como de estoque, o país convergiu para a desnacionalização na década de 1990. Porém, a partir de 2000, houve uma tendência à fuga das instituições estrangeiras. Isto porque, apesar dos bancos nacionais e estrangeiros terem adotado mesma estratégia de crescimento por meio de F&A, os estrangeiros tiveram dificuldades de adaptação à realidade brasileira, além dos bancos nacionais terem reagido de forma eficiente à pressão da concorrência.

## 6. Bibliografia.

- BONELLI, R. (2000) *Fusões e Aquisições no Mercosul*. IPEA, Texto para Discussão. Rio de Janeiro/RJ.
- CARCANHOLO, M. D. (2002). *Abertura Externa e Liberalização Financeira: Impactos Sobre o Crescimento e Distribuição no Brasil dos Anos 90*. Tese de Doutorado. Publicação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia-MG.
- CORRÊA, V. P. (1996). *A Estrutura de Financiamento Brasileira e a Oferta de Financiamento de Longo Prazo ao Investimento*. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP. Campinas/SP.
- DE PAULA, L. F. R. (2002). *A Recente Onda de Bancos Europeus no Brasil: determinantes e impactos*. São Paulo, Banco Santos.

- FREITAS, M.C. P. de. (1999). Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro. In: FREITAS, M. C. P. de. *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. FUNDAP, FAPESP: São Paulo/SP e IPEA: Brasília/DF.
- GRADILONE, C. (2003). Ok, vocês venceram. *Revista Exame*. Ano 37, nº 21. Outubro.
- HERMANN, J & STUDART, R. (2001). *Estrutura e Operações nos sistemas Financeiros no Mercosul: Perspectivas a partir das reformas institucionais dos anos 1990*. Texto para Discussão, nº 799. IPEA, Brasília- DF.
- NETO, P. M. J. & CAVALCANTE, L. H. S. (2002). *O impacto da entrada de bancos estrangeiros na oferta de crédito dos bancos privados nacionais*. Semana de Economia Política, 31 de maio a 5 de junho. Curitiba/PR.
- Revista Conjuntura Econômica, vários anos. *Ranking FGV Bancos: Os Melhores do Brasil*.
- Revista Gazeta Mercantil Latino – Americana (1999). *As 1000 Maiores Empresas da América Latina*, São Paulo, S.P.

#### **Anexo.**

### **Base de dados e metodologia.**

A base de dados a ser utilizada foi cedida pela *Thomson Financial Securites Data*, que foi trabalhada em termos quantitativos, passando por um cuidadoso refinamento durante dois anos no Núcleo de Economia Aplicada (NEA/IE/UFU). O objetivo nesta primeira etapa foi analisar e mapear o processo de F&A e sua inter-relação com a internacionalização, procurando realizar um exame aprofundado da base de dados, sendo que, tais dados cobrem quatro países latino-americanos, ao longo de toda a década de 1990.

Os dados fornecidos pela *Thomson* compreendem informações de 3607 transações, indicando para cada uma delas: a) a data anunciada e efetiva da transação; b) a empresa adquirida e o seu setor de atividade; c) a empresa adquirente e o seu setor de atividade; d) a participação acionária adquirida e o valor das transações. O total de transações disponíveis por país era de: Brasil (1410), Argentina (992), México (822) e Chile (383).

A base de dados original recebeu três tratamentos. Em primeiro lugar, observou-se que muitas das transações listadas pela *Thomson* envolviam a mesma empresa alvo e a mesma empresa compradora, por intermédio de transações parceladas (aquisições de participações acionárias ao longo do tempo). Isso acarretava dupla contagem no que se refere ao número de transações. Para sanar esse problema, agruparam-se as transações parceladas que envolviam a mesma empresa compradora e alvo. Para isto, a transação foi contabilizada efetivamente no momento em que a empresa alvo teve mais de 50% de suas ações adquiridas. Quando esse patamar de 50% não chegou a ser atingido, considerou-se a data em que a transação se concentrava em maior percentagem. Deste modo, o número inicial de transações registradas pela *Thomson* foi reduzido para 3291, sendo 1149, no Brasil, 981, na Argentina, 795, no México e 366 no Chile.

O segundo tratamento referiu-se à nacionalidade da empresa compradora. Observou-se que *Thomson* considerava subsidiárias estrangeiras localizadas nas economias latino-americanas como firmas de capital nacional, o que certamente subestimaria a relevância da internacionalização patrimonial no contexto do processo de F&A. Deste modo, procurou-se rever todas as operações, de forma a descobrir o verdadeiro país de origem da empresa compradora.

O terceiro tratamento foi relativo à questão das privatizações. Após os dois tratamentos iniciais, foram incluídas na base de dados, para os quatro países analisados, informações adicionais sobre as empresas estatais que foram privatizadas ao longo da década de 1990.

Após esses tratamentos, a base de dados foi dividida por setores. Originalmente, o número de setores da base de dados era bastante vasto e detalhado (56 no total). Tendo em vista que existe algum grau de arbitrariedade na alocação setorial de algumas empresas e o número de países estudados, optou-se por agrupá-los em 10 macro-setores: agricultura, extração mineral e petróleo, bens não-duráveis de consumo, bens intermediários, bens de consumo durável, bens de capital, infra-estrutura, comércio, serviços em geral e financeiro.

Quanto à metodologia, foram calculados índices de internacionalização das fusões e aquisições e concentração bancária. O índice de internacionalização, ou *cross-border*, equivale às fusões e aquisições transfronteiriças. Para calculá-lo, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Cross-border} = 100 - (\text{ID} / \text{TI}) \times 100$$

Em que, **ID** equivale aos investidores domésticos e **TI** equivale aos investidores totais no sistema financeiro de cada país analisado.

O índice de concentração bancária (C10) foi calculado de acordo com a extensão de mercado (ou *market-share*), mensurada pela quantidade de ativos de que cada banco dispunha, ou seja, a relação de ativos dos dez maiores bancos em relação ao total de ativos do sistema financeiro de cada país estudado, dessa forma, achou-se uma porcentagem que equivale à fatia de mercado que o banco domina.